

LETRAMENTO DIGITAL COMO PRERROGATIVA SOCIAL: UM ESTUDO BASEADO NAS SETE COMPETÊNCIAS DE BRUCE

Ana Márcia Abreu Martins De Paiva

Fundação Torino. Escola Técnica de formação Gerencial do Sebrae Minas

ana.paiva@stit.com.br; paiva.anamarcia@gmail.com

Resumo

Define-se o Letramento Digital como a capacidade dos indivíduos em buscarem informações por meio das tecnologias, buscarem o auto-desenvolvimento e aprendizagem, com consciência crítica e criatividade, além de participação social mais ativa e inclusiva. Visando apresentar diretrizes que possam subsidiar o letramento digital na construção da autonomia no acesso e uso da informação e contribuir para o conceito de Letramento Digital para além do uso de recursos computacionais, é feita uma revisão bibliográfica que aponta para a Cidadania e considera o Letramento Digital um degrau para a Inclusão Social e um direito do cidadão. Os conceitos e premissas para a competência informacional foram analisados em uma pesquisa amostral que retratou que o acesso não é a garantia de desenvolvimento de tais competências e da autonomia no uso da informação. Os resultados apontam para uma promoção do Letramento Digital em pessoas que podem demandar e produzir novos conceitos, novas opiniões e novas demandas criticamente mais elaboradas e, em consequência, promover uma melhoria qualitativa em cadeia: os educadores.

Palavras-chave: Letramento Digital, literacia digital, competência informacional, cidadania.

Abstract

The information literacy is understood here as the ability of the individuals to search for information through the technologies, to search for the self development and apprenticeship, with a critical conscience and creativity, a more active and inclusive participation. Aiming to provide policies that can subsidize and contribute to the concept of Information Literacy for beyond the computational resources, it presents a bibliographic review that points to the citizenship and develops the subject "Information Literacy" as a step to the social inclusion. The concepts and premises for the informational competence have been analyzed in a sample research that indicated that the access is not a guarantee of development of the informational competence and development of the autonomy in the use of information. The results point to the promotion of Information Literacy on people that can demand and produce new concepts, new opinions and new demands critically more elaborated and, as a consequence it promotes a qualitative improvement, the educators.

Key words: information literacy, Digital Literacy, citizenship.

Considerando que a tecnologia está inserida em diversos serviços públicos e privados, para atendimento a clientes e fornecedores, prestação de serviços, consultas e acesso a informações, e que os usuários não foram consultados sobre a forma de obtenção de dados ou não têm outra alternativa em relação a muitos deles, é correto afirmar que é um direito do “cidadão” ter o acesso a tais tecnologias e saber utilizá-las em seu benefício.

Trata-se do que Morin (2003) chama de “emergência social” ao discorrer sobre certo número de “qualidades que emergem, qualidades de autoprodução, autorreprodução, autodesenvolvimento, comunicação, movimento, etc.” advindas das interações entre os indivíduos e que são transmitidas pela sociedade que o cerca (p. 15).

Nos dias atuais, o acesso e a apropriação das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) fazem parte do compêndio do que chamamos de Cidadania, que trata dos indivíduos que gozam dos direitos civis e políticos de um Estado. A falta de apropriação dessas habilidades e competências impede os cidadãos de exercerem plenamente seus deveres e de usufruírem de seus direitos e benefícios de forma plena. Para respaldar esse entendimento, foram encontradas sustentações em leis e diretrizes de governo ou órgãos governamentais, que vão ao encontro da proposta deste trabalho.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 205, garante:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 205)

A Lei estabelece a garantia de um Plano Nacional de Educação visando à articulação do ensino em diversos níveis e à integração do Poder Público de modo que conduza à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 214).

O programa de Inclusão digital do Governo Federal surgiu a partir do projeto do e-Gov que tem como princípios a “promoção da cidadania como prioridade” e a “indissociabilidade entre inclusão digital e governo eletrônico”, dentre outros (Comitê Executivo do Governo Eletrônico, 2004).

Segundo o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, em seu Relatório das Oficinas de Planejamento Estratégico:

... a Inclusão digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de governo eletrônico, para que esta possa configurar-se como política universal. Esta visão funda-se no entendimento da inclusão digital como direito de cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção. (Comitê Executivo do Governo Eletrônico, 2004).

Entendendo que a promoção de cidadania, tendo em vista esse viés da Inclusão Digital, não se dá apenas pelo acesso às TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) ou pela formação de consumidores para novos tipos de bens e serviços, nem se resume em saber utilizar as TIC, será ampliado, neste trabalho, o conceito de Inclusão Digital para o de Letramento Digital, entendido como capacidade de buscar informações por meio das TIC, desenvolver a consciência crítica e a habilidade de análise das reais possibilidades que elas trazem para o cotidiano, promover o autodesenvolvimento e a aprendizagem, utilizar os serviços públicos e privados em benefício próprio, ter maior participação social, seja nas ações do governo, seja em grupos e comunidades.

Considerando essas premissas, “Letramento Digital” é entendido aqui como direito do Cidadão, cujo acesso deve ser fomentado pelo Estado e engajado pelas iniciativas privadas, de forma a proporcionar um aumento da autonomia dos cidadãos quanto ao uso e à busca da informação, quer seja para fins de necessidades essenciais, quer para fins de necessidades específicas do mercado de trabalho, vida acadêmica, pessoal e comunitária.

As necessidades das pessoas, nos dias atuais, são bem diferentes das exigências de décadas anteriores. Elas mudaram em função das modificações ocorridas nas formas de trabalho, nas relações interpessoais, nas relações empresariais, no mercado de trabalho, nas rotinas e estruturas familiares, nos tempos e nos espaços atuais de

convivência, trabalho, trânsito e até na moeda. Muitas dessas alterações foram ensejadas pelas mudanças, inovações e ampliação de acesso tecnológico.

O termo “Ciberespaço”, também chamado de apenas “rede” e com uma tendência a ser chamada de “nuvem”, segundo Lévy (2000):

...é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (Lévy, 2000, p.17).

Nesse universo, o risco de um crescimento de desigualdade social e exclusão são reais, pois o acesso ao Ciberespaço – que compreende materiais, informações, seres humanos, máquinas, programas de computador, servidores virtuais, códigos e linguagem própria – exige infra-estrutura de comunicação e acesso, além de apropriação de habilidades necessárias e de qualificação dos indivíduos. O risco, contudo, é de uma exclusão social e não meramente digital, pois a cibercultura é inexorável e já compõe a cultura e a sociedade.

A “Sociedade da Informação”, termo que começou a ficar conhecido a partir de meados dos anos 70, com uma série de desenvolvimentos na área tecnológica e avanços qualitativos na difusão de tecnologias, tanto para as organizações quanto para os indivíduos, representa o cotidiano em que vivemos hoje. Muitas das descobertas que marcaram esse período foram baseadas em conhecimentos já existentes, mas o aumento da acessibilidade e da qualidade, aliado à redução de custos, fez com que as tecnologias fossem difundidas em maior proporção que nos anos anteriores. Isso fez, em cascata, crescer também a pesquisa e o desenvolvimento nessa área.

Castells (2008) trata esse período de evoluções como “o divisor tecnológico dos anos 70” (p. 91). Considerando as transformações sociais que viriam a partir desse “novo paradigma tecnológico”, Castells (2008) aponta que “em cada novo paradigma, um

insumo específico ou um conjunto de insumos pode ser descrito como o “fator-chave” desse paradigma caracterizado pela queda dos custos relacionados e pela disponibilidade universal.” (Freemann *apud* Castells, 2008. p.107)

A partir dessa afirmação, destacam-se os aspectos centrais do “Paradigma da Tecnologia da Informação”, a fim de “orientar a jornada pelos caminhos da Sociedade da Informação”. Tais aspectos são considerados por Castells (2008) a “base material da Sociedade da Informação” (p.108).

A primeira característica destacada por Castells (2008) é “que a informação é a matéria-prima”. As tecnologias agem sobre a informação. A informação é o fim e as tecnologias são os meios (p. 108).

Outra característica é a forma com que a informação integra toda atividade humana. Apesar de não “determinar”, a tecnologia acaba por “moldar” as atividades individuais e coletivas. A “lógica das redes” é, sem dúvida, outro aspecto que é muito importante. Trata da maneira como as relações e as interações se ligam cada vez mais em formato de rede, que talvez seja a única forma de “estruturar” os “não-estruturados” processos do desenvolvimento derivados de tais interações possíveis, hoje, e do crescimento exponencial delas. Isso possibilita um ambiente propício à criatividade humana.

Em consequente, a “flexibilidade” é o quarto aspecto. “O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional” (Castells, 2008. p. 109). O autor ressalta, contudo, a importância da análise entre a lógica do novo paradigma e as consequências das interações entre as novas formas sociais na interação com tais tecnologias.

A convergência de tecnologias e a integração de sistemas compõem a quinta característica apontada por Castells (2008). Essa convergência, segundo ele, não envolve apenas “chips”, *hardware* ou *software*, mas “integração de empresas e construção de alianças estratégicas e projetos de cooperação” entre organismos (p.109). Outras convergências, de ordem mais complexas, vêm se agregando, como as

“redes neurais”, que permitem a interação inclusive de sinais de eletroencefalogramas ou reconhecimento de voz com equipamentos eletrônicos (p.110).

Todos os aspectos ressaltados por Castells são fáceis de comprovar, tendo em vista as mudanças de diversas ordens que têm ocorrido tanto nas organizações privadas, quanto no cotidiano das pessoas e mesmo nos serviços e trâmites governamentais, principalmente advindos da popularização da *World Wide Web* (www) nos anos 90 e da Web 2.0.

Não há uma discriminação quanto à classe social, todas elas são impactadas pelo advento de novas tecnologias e sua influência no modo de vida e nas rotinas familiares, de trabalho e de convívio social. O que diferencia é a frequência do uso e a falta de capacidade de acesso a elas ou a subutilização delas. Muitas pessoas usam da tecnologia passivamente e não entendem o funcionamento ou as vantagens de seu uso. Em 2003, Marcuzzo (2003) afirmou que “cerca de 70% dos serviços do governo federal são oferecidos na rede mundial de computadores”. (Marcuzzo, 2003). Em 2010, o governo federal brasileiro lançou um novo portal com mais de 500 serviços disponíveis, com um investimento anual de 11 milhões de reais. Isso implica a existência de “cidadãos” que vão utilizar e sabem utilizar esses serviços e outros “cidadãos” com menor capacidade de uso desses recursos.

As tecnologias e os ambientes virtuais possibilitam uma grande interação social e permitem muitas oportunidades de aprendizado, por meio da pesquisa, da socialização e da colaboração para fora do seu mundo, do seu ambiente de trabalho e da sua comunidade.

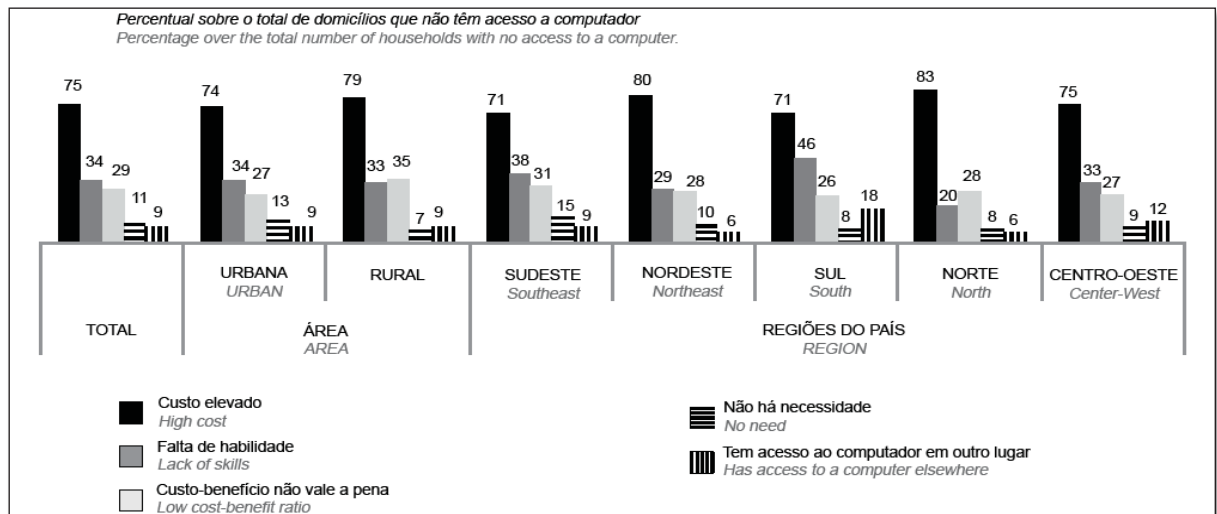
Lévy (2003) também fala da universalidade, da colaboração e da inteligência coletiva, permitida no ciberespaço:

Essa presença virtual do todo em qualquer ponto encontra, talvez, o seu paralelo físico no fato de que um edifício qualquer de uma cidade contém elementos materiais vindos de todas as partes do mundo, concentrando conhecimentos, competências, processos de cooperação, uma inteligência coletiva acumulada ao longo dos séculos, com a participação, de alguma maneira, dos mais diversos povos. (Lévy, 2003. p.188)

A ampliação e a qualificação no uso de computadores e de acesso à Internet foram objeto de pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil e são foco do governo federal para 2010. As ações governamentais têm sido maiores no sentido de ampliar o acesso às TIC, com a criação de telecentros (espaços públicos, em que pessoas possam utilizar microcomputadores, a Internet e outras tecnologias digitais que permitem coletar informações, criar, aprender, comunicar-se com outras pessoas, além de poder desenvolver habilidades digitais essenciais) e apoiar os telecentros já existentes. Segundo Cezar Alvares, coordenador de programas de inclusão digital do governo federal, “a qualificação e expansão da atual rede de telecentros constituem importante contribuição para incluir no universo digital aquela população que ainda não dispõe de renda para comprar computador e conectar-se à internet” (governoeletronico.gov.br, 2010). Em 24 de fevereiro de 2010, o governo brasileiro lançou um edital para investir 165 milhões de reais na inclusão digital e pretende fomentar a criação de mais três mil telecentros.

Hoje, a maioria das pessoas que não possui computadores em domicílio já faz uso deles em outros locais públicos ou privados. A principal causa da ausência de computador em domicílio é o alto custo dos mesmos. Segundo a Pesquisa “TIC Domicílios” (Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2008) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI. br), 75% dos entrevistados não possuem condições financeiras para adquirir um computador; em seguida, as menções foram referentes à falta de habilidades de uso.

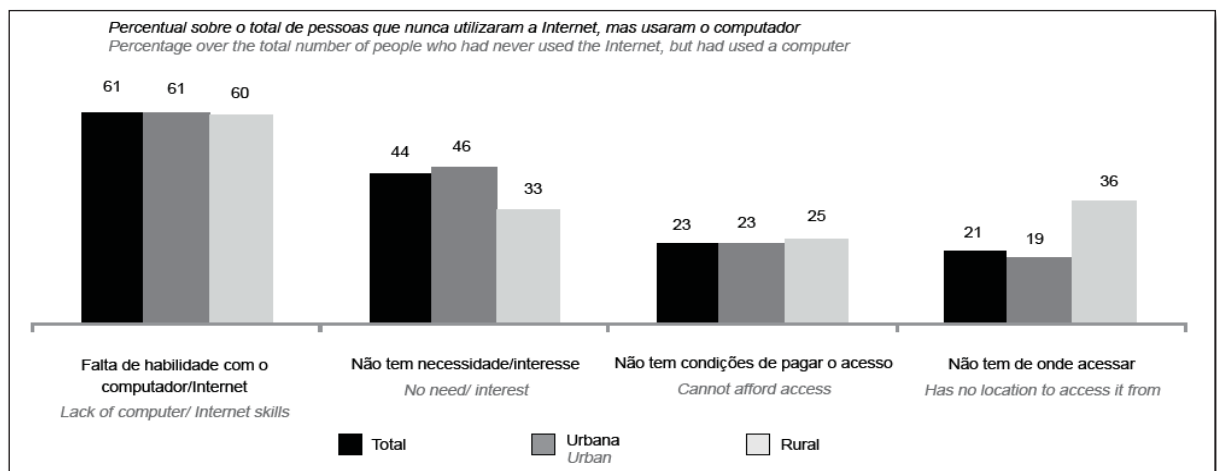
Gráfico 1 - Motivos para a falta de computador no domicílio (%)



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios – 2008 (cgi.org, p. 92)

Mesmo dentre aqueles que já utilizaram o computador, muitos ainda não usam a Internet e 61% dos consultados declaram que a falta de habilidade é o maior motivo.

Gráfico 2 - Motivos pelos quais nunca utilizou a Internet (%)



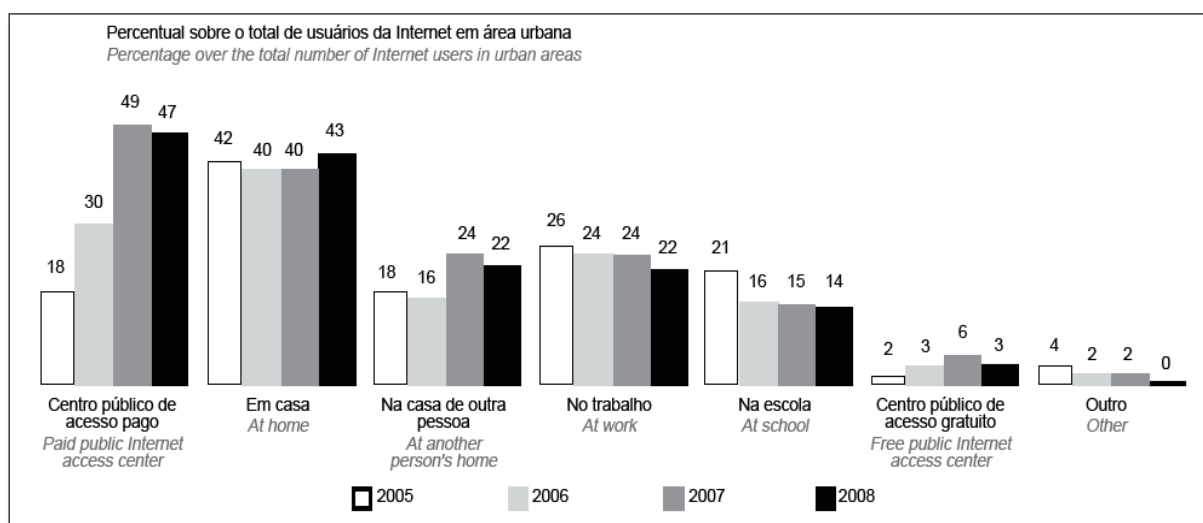
Fonte: Pesquisa TIC Domicílios – 2008 (cgi.org, p. 93)

Embora o custo elevado do computador seja o maior impeditivo de posse do mesmo em domicílio, o crescimento de utilização via centros de acesso pago, como *lan houses*, cafés, livrarias, etc., tem se mostrado elevado nos últimos três anos, conforme a mesma Pesquisa do CGI.br, mostrando que 47% da população já utilizam dos centros de acesso pago (Internet Café, *lan house* ou similar), contra 3% que acessam os centros

públicos gratuitos (correios, telecentros, biblioteca, etc), sem falar do acesso na casa de amigos, na escola ou no trabalho.

“Da mesma forma que o custo é limitante para a posse do computador, a falta de habilidade é fator determinante no processo de viabilização do uso do computador e da Internet”. (TIC Domicílios, 2008, p.91)

Gráfico 3 -Local de Acesso Individual à Internet (%)



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios – 2008 (cgi.org, p.147)

Desde o ano 2000, o Ministério de Ciência e Tecnologia, no “Livro Verde da Sociedade da Informação do Brasil,” já levantava a questão de que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) poderiam aumentar ainda mais a disparidade social entre pessoas, nações e os blocos de países , o que representava um grande desafio.

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. (SARDENBERG, 2000: p. v)

Para Takahashi (2000, p.45), não se pode ter uma visão reducionista acerca da educação na Sociedade da Informação, com o foco apenas no uso de tecnologias. Pensar em educação, segundo ele, “exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais”.

A falta de cultura digital pode advir de uma falta de familiaridade e conhecimento das tecnologias, da falta de confiança nos serviços públicos ou por conservadorismo – que é próprio de quem quer se preservar do novo, do desconhecido. Na medida em que os sujeitos estejam mais autônomos informacionalmente, essa resistência tende a diminuir. O governo, como provedor e fomentador do bom uso da informação, não pode se eximir das responsabilidades para essa mudança de cultura.

O aprendizado permitido pelas novas formas eletrônicas de comunicação parte do próprio cidadão e encontra mais significado, pois ele é iniciado na medida da necessidade e não por imposição de um cronograma ou currículo dos ambientes tradicionais de aprendizagem, nem ocorre de forma linear como os métodos formais de ensino.

Quanto maior for o seu acesso e a sua exposição ao universo de informação, quanto mais incluído nesse meio, tanto maior será a sua possibilidade de produzir sentido, de aprender, de participar socialmente e de buscar o autodesenvolvimento.

Inclusão e justiça social pressupõem formação para o exercício da Cidadania. Takahashi (2000), ao encontro dessa afirmação, completa:

Formar o cidadão não significa “preparar o consumidor”. Significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico ou político. (TAKAHASHI, 2000, p. 45)

O conceito de cidadania e os direitos a ela associados se alteram no decorrer do tempo. “Cidadania é mutável desde os primórdios da sociedade organizada” (FRADE,

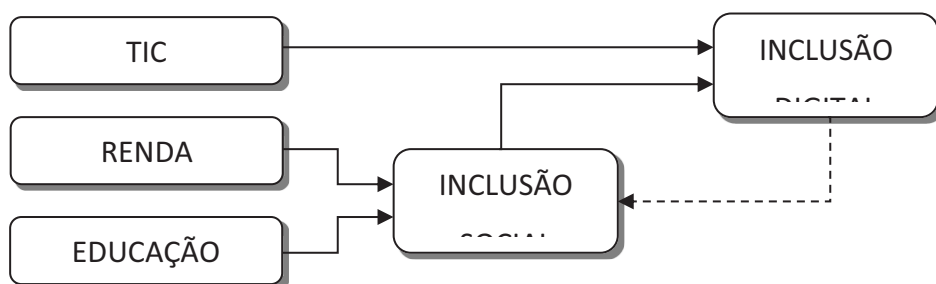
2002, p.1). Os princípios de Cidadania, porém, são os mesmos: os princípios da convivência coletiva e da participação do sujeito em uma sociedade, com seus deveres e seus direitos.

Quando esses princípios não são devidamente respeitados, as pessoas em questão não conseguem se adaptar ou buscar o seu desenvolvimento pessoal e sua participação na sociedade de forma justa. Uma das dimensões dessa falta de capacidade ou de habilidades necessárias para viabilizar o desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão, atualmente, é chamada de analfabetismo funcional – que limita as pessoas e impossibilita-as de “exercer funções básicas nas sociedades modernas” (BARBOZA e NUNES, 2007).

Ferreira e Dudziak (2004) apontam que um dos desafios para o ser ativo e crítico, capaz de exercer plenamente a cidadania, é a obtenção das habilidades de uso de computadores e de Internet, paralelamente ao desenvolvimento de competência informacional, que é a competência para lidar com a informação e que envolve a construção e a apropriação do conhecimento, cujos objetivos apontam para a Inclusão Social. (p. 4 a 8).

Existem autores que sobrepujam a Inclusão Digital sobre a Inclusão Social, como Silva Filho (2004) que alega que, “para que o processo de inclusão digital seja efetivo, é preciso haver inclusão social uma vez que esta depende de dois fatores essenciais que compreendem renda e educação. Esses dois fatores, por sua vez, com as TIC’, constituem os pilares da inclusão digital” (p.2). Segundo o autor, a “exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica” (p.2). A figura a seguir, criada por Silva Filho (2004), retrata e defende essa relação.

Figura 1 - Inclusão Social para fazer Inclusão Digital.



Fonte: Revista Espaço Acadêmico, nº 40. Inclusão Digital: em busca do tempo perdido

Em contraposição ao autor, o presente trabalho defende a idéia de que a Inclusão Social perpassa a Inclusão Digital, ou melhor, o “Letramento Digital”, uma vez que defende que esse seja um direito do Cidadão como um dos princípios básicos de participação na sociedade.

Uma proposição que retrataria essa concepção é a figura a seguir, que coloca o “Letramento Digital”, em ligação com a educação, como um meio de se promover a Inclusão Social e como forma de impulsionar o acesso às novas oportunidades de trabalho e renda, além de oportunizar o exercício da cidadania e da participação social.

Figura 2 - Letramento Digital como degrau para a Inclusão Social
– proposição da autora.



Nos tempos atuais, as TIC são meios utilizados em inúmeras atividades do dia a dia, as quais podem e devem ser integradas à Educação como meio de oportunizar o maior ganho de habilidades e de aproveitamento e apropriação das tecnologias para o bom uso delas.

Frade (2002) fala do novo conceito de cidadania, na Sociedade da Informação, e adverte que os indivíduos devem incorporar a capacidade de interpretação e construção de sentido. Segundo Frade (2002), o que importa na formação dos cidadãos, sob essa perspectiva, é que sejam capazes de construir significados (p.13).

Concorrendo com a idéia de que o Letramento Digital é um degrau para a Inclusão Social (FIG. 2), Rocha (2000) defende a idéia de que a informação possibilita ao indivíduo compreender a dimensão das transformações que estão alterando o panorama mundial e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto-ajustamento.

Esse auto-ajustamento citado por Rocha (2000) se dá por meio do Letramento Digital e se refere a formas de equalizar oportunidades para o aprendizado, para a maior consciência de seus direitos e deveres, para maior acesso aos meios de garantia dos mesmos, para o desenvolvimento profissional, para participação social, para obtenção de maior clareza das escolhas e maior assertividade de decisões; por conseguinte, maior oportunidade de acesso à renda.

A informação constitui uma necessidade essencial para a construção da autonomia de uso de tecnologias e de busca de informações relevantes para as atividades desenvolvidas pelas pessoas no seu cotidiano e para o seu desenvolvimento. Entende-se aqui a necessidade como aquilo que é realmente preciso ou exigido individual ou socialmente para a participação em um determinado meio ou contexto.

Obviamente, essas necessidades vão variar de acordo com o meio e com o contexto dos indivíduos, estabelecendo níveis de habilidades diferenciados para eles. “Meio” aqui está entendido como lugar em que os indivíduos vivem ou atuam (rural, urbano, metropolitano, empresarial, etc.) e que pode interferir e moldar comportamentos e atitudes e “contexto” (cultura, nível de escolaridade, função dentro de uma organização, hábitos de leitura etc.), como a forma com que os indivíduos participam e que permite uma compreensão diferenciada de indivíduo para indivíduo, dentro de um mesmo meio.

Outra idéia que deve estar clara é que necessidade não tem a mesma conotação de desejo ou vontade. Há aqueles indivíduos que realmente buscam obter informações e aprendizado por vontade própria, para uma realização pessoal. Os desejos ou vontades podem variar, mas há aquelas informações e aprendizados que são necessários ao indivíduo. Nesse caso, eles devem buscar e ter oportunidades de aprendizado, mesmo quando não há um desejo intrínseco. As necessidades normalmente vêm do ambiente para o indivíduo e os desejos do indivíduo para o ambiente.

Principalmente após o ano de 1990, quando se expandiu a Internet, o processo de “revolução contemporânea das comunicações” tem perturbado e conduzido à “revolução informacional contemporânea”, que tende a “concentrar-se no tratamento

de informações e das mensagens: a gestão dos signos” (LEVY, 2003, p. 186). Segundo Levy (2003), com a automatização de todas as áreas, inclusive as de transformação da matéria, como agricultura, citada por ele, “o trabalho humano tende a deslocar-se para o “inautomatizável”, ou seja a criatividade, a iniciativa, a coordenação e a relação” (p.186). Isso pressupõe o discernimento sobre o que selecionar, que conexões realizar, onde encontrar, como usar e expor a informação e a velocidade com que essas informações são acessadas e as decisões tomadas a partir daí.

O suprimento dessas necessidades emergentes de manuseio e uso efetivo da informação mediada por computadores será tratado a seguir: o “Letramento Digital”. Conforme tratado em Soares (2006), há alguns anos anos o conceito de Alfabetismo tem sofrido questionamento sobre sua completude e sobre o seu real significado, ou mesmo se o seu significado, que foi “completo” em certo momento histórico, dá conta de todas as novas idéias, novas maneiras de compreender os fenômenos e a emergência de novos fatos (p. 32).

Segundo Soares (2006), na segunda metade dos anos 1980, o vocábulo Letramento foi introduzido no discurso de especialistas em Educação e Ciências Linguísticas (p. 33). O mesmo, porém, não é apresentado ainda nos dicionários atuais. Apenas a palavra Letrado é indicada, significando “aquele que é versado em Letras, erudito” e o Iltrado é “1.aquele que não tem conhecimentos literários 2. é analfabeto, ou quase” (FERREIRA, 1989).

O termo Letramento, segundo Soares (2006) foi trazida do termo *Literacy* que significa “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”. O termo, segundo a autora, traz a idéia de que a escrita promove consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, para o indivíduo que aprende a usá-la e para o grupo social do qual ele faz parte. A condição que o indivíduo ou grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, e seu envolvimento nas práticas sociais é que são designados por *literacy* (p. 34).

Segundo Kleiman (2002) os estudos do letramento veem a aprendizagem da “escrita como processo instável, em constante movimento e transformação” (p. 99).

Kleiman (2002) fazendo uma comparação sobre o conceito de Alfabetização tradicional e o conceito de Letramento, sinaliza algumas práticas que os diferenciam e que, no estudo atual, serão transportados para o conceito de Letramento Digital (p. 99).

No primeiro conceito, o de Alfabetização tradicional, a prática é focada no indivíduo e no seu domínio do código; no Letramento, a prática é social, determinada por contextos sociais e culturais.

De um lado, o foco é centrado na aquisição individual da escrita e, no outro, o foco concentra-se na participação de cada indivíduo, de acordo com sua experiência e sua capacidade em uma prática coletiva.

Um privilegia uma prática homogênea e generalista; no Letramento, as práticas diversificadas segundo os papéis dos participantes são levadas em conta.

Na Alfabetização tradicional, o fim da leitura e da escrita é o de aprender a ler/escrever; no Letramento, o objetivo é a aplicação da leitura e da escrita para outras finalidades (prazer, aprendizagem, contato, etc.).

Sob essa perspectiva, devemos ampliar o conceito de alfabetismo para o conceito de letramento. No que se refere à capacidade de uso das tecnologias informacionais, o letramento digital é mais que apenas dominar a leitura e a escrita ou o manuseio de equipamentos e alguns *softwares*:

... parece haver uma tendência no entendimento de que alfabetização é a simples habilidade de reconhecer os símbolos do alfabeto e fazer as relações necessárias para a leitura e a escrita, o que encontra correspondente na alfabetização digital como aprendizagem para o uso da máquina. O letramento, contudo, é a competência em compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento que permita uma ação consciente, o que encontra correspondente no letramento digital: saber utilizar as TIC, saber acessar informações por meio delas, compreendê-las, utilizá-las e com isso mudar o estoque cognitivo e a consciência crítica e agir de forma positiva na vida pessoal e coletiva. (Silva, Jambreiro, Lima & Brandão, 2005, p.30).

O Letramento não substitui o conceito de alfabetização, mas o amplia para explicitar a garantia que o indivíduo deve ter para ser capaz de enfrentar as situações e necessidades sociais atuais e suas transformações, para ser autônomo.

Para ser autônomo, o indivíduo depende do meio exterior e das necessidades advindas do seu grupo social e da sociedade; “ (...) para ser um espírito autônomo, ele depende da cultura de que alimenta os seus conhecimentos e sua faculdade de conhecer e julgar” conforme Morin *apud* Martins (2003, p. 16).

Em contrapartida, o sujeito também interfere e modifica o seu entorno e afeta a sociedade com suas interações: “Os produtos e seus efeitos são necessários ao produtor e ao causador” (...), “produzimos a sociedade que nos produz” (Morin, 2003, p. 16). Isso acontece de forma circular e crescente, como numa espiral, e o grau com que as interações e modificações são realizadas depende da capacidade de os indivíduos perceberem, adaptarem e/ou transformarem a sua realidade, sem a visão ingênua de que só o outro é responsável pelas mudanças. Morin lembra que:

... não devemos esquecer que somos não só uma pequena parte de um todo, o todo social, mas que esse todo está no interior de nós próprios, ou seja, temos as regras sociais, a linguagem social, a cultura e normas sociais em nosso interior (Morin, 2003, p.17)

Essa autonomia, ou a falta dela, pode ser relacionada com as concepções e os índices de Pobreza, já que o conceito de Pobreza não pode ser ligado apenas a condições de acesso à renda do indivíduo.

A amplitude do conceito de Pobreza foi mudando com o tempo. De um conceito focado na “subsistência”, foi ampliando para as “necessidades básicas”, para “privação relativa”, “privação de necessidades” e, por fim, para o caráter “multidimensional” (Codes, 2008, p. 12).

Se o conceito de Pobreza for revisitado, pode-se concluir que esse fenômeno vai bem além da ausência de Renda. Em uma visão mais complexa e abrangente, Rocha (2008, p.9) define que “é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

Para fins deste estudo, foca-se no caráter multidimensional de pobreza e mais especificamente no conceito de “Privação de Necessidades” que, segundo Codes (2008, p. 12), numa perspectiva derivada das reflexões de Amartya Sen, não é no sentido de incapacidade, mas de falta de realização de funcionamentos de base (modos de levar a vida) e de aquisição de capacidades.

Segundo a autora, “as vantagens individuais são aferidas em termos de capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades substantivas de que ela usufrui para levar um tipo de vida que valoriza”. A autora completa observando que a pobreza não deve ser identificada pelo padrão de escassez de renda, mas por uma privação das chamadas “capacidades básicas”. (Sen *apud* Codes, 2008, p. 19)

Nos atuais tempos, há uma profusão de termos que tentam dar conta da abrangência da questão de letramento digital: inclusão digital, inclusão informacional, infoinclusão, competência informacional, entre outros. Todos eles buscam, incessantemente, destacar e defender a idéia de que pessoas precisam ser “incluídas” e que as disparidades sociais vêm aumentando, em certa medida, em função das novas tecnologias e o advento da Sociedade da Informação. Entretanto, podemos considerar que a questão não está na inclusão, mas na aquisição de capacidades, não só para o manuseio e operação, mas para crítica, seleção, busca, adaptação, aprendizagem e transformação: autonomia.

Para se apropriar, é necessário mobilizar uma série de saberes e experiências, estejam elas dentro ou fora do sujeito, para que se possa criar algo novo, adequado e próprio para cada nova necessidade, para cada novo problema a ser resolvido, para cada situação. Esse conjunto de habilidades para localizar, analisar e usar as informações em situações de interesse pessoal é chamado de Competência Informacional e seu conceito vai ao encontro do conceito de Letramento Digital.

A disponibilidade de informação para uma pessoa “alfabetizada” e para uma pessoa “letrada” será aproveitada e apropriada de forma diferenciada, com filtros diferentes e com poros resilientes que podem absorver mais quando for relevante e filtrar mais quando não há consistência.

Em algumas situações, a disponibilidade da informação pode ser até negativa, pois pode influenciar pessoas que não têm competência para buscar, filtrar, analisar, criticar, comparar e cruzar informações e casá-las com as experiências e a análise de necessidades.

As competências informacionais, dentro das novas perspectivas mediadas pelas TIC, constituem níveis de Letramento digital.

Bruce (1997) fala da “competência informacional” em sete categorias, de acordo com o grau de profundidade e habilidades do sujeito na busca por esses saberes e experiências e na solução de problemas.

Na primeira categoria, a autora apresenta a utilização das TIC como o centro das atenções e se refere ao acesso à informação e à sua recuperação. Nesse caso, a autora considera a informação como algo fora do indivíduo. O indivíduo depende da disponibilidade e da capacidade de uso das tecnologias. É a concepção baseada na Tecnologia da Informação.

Na segunda categoria, cuja concepção está baseada nas fontes de informação, muda da utilização das tecnologias para as fontes de onde se extraem as informações. O importante aqui é conseguir encontrar a informação em diferentes formas de exposição e diversas fontes de informação.

Os processos são os mais importantes na categoria três: são as estratégias escolhidas pelas pessoas para resolver problemas e tomar decisões a cada necessidade, as maneiras como elas buscam e usam as informações. Nessa categoria, a capacidade de enfrentar e de lidar com novas situações vai variar de pessoa para pessoa e depende muito da experiência de cada uma. Nessa concepção, a competência informacional é vista como um processo de execução.

No controle da informação, reside a quarta categoria. A autora defende que é uma competência saber utilizar vários meios para trazer as informações de que se precisa e a forma de organizar as informações de forma a recuperá-las e manipulá-las facilmente, quando for necessário.

Na categoria cinco, a competência consiste em uma construção de uma base pessoal de conhecimento. Isso é conseguido a partir da avaliação crítica das diversas

informações e na construção de uma nova base de conhecimento sobre temas de que não se tinha domínio. É a construção do conhecimento.

A categoria seis é baseada na extensão do conhecimento. Extensão aqui reconhecida como a capacidade de ampliação do conhecimento. Consiste no desenvolvimento de novas idéias, novos conhecimentos e soluções criativas, a partir do modo como se trabalha a informação, capacidade de intuição e insights criativos. Aqui a competência é vista como o trabalho com o conhecimento e as perspectivas pessoais adotadas para se obterem novos pontos de vista.

Por fim, a categoria sete, em que a autora define que envolve o “como” usar a informação de forma inteligente, de forma sábia. É a competência do saber usar a informação. Usar a informação de uma forma sábia pressupõe uma consciência dos valores pessoais, atitudes e crenças. É enxergar a informação em um contexto maior e mais amplo, por exemplo, historicamente, temporalmente, socio-culturalmente. Quando a informação é vista e usada dessa maneira, ela é utilizada e aproveitada de forma otimizada e qualitativamente maior trazendo maiores benefícios para a própria pessoa. (Bruce, 1997)

Dentro da trajetória entre a primeira categoria e a sétima, apontada por Bruce (1997), podemos constatar que: o foco na Primeira Categoria são as TIC; na Segunda Categoria, as TIC passam para o segundo plano, dando lugar às fontes de informação; na Terceira Categoria, o processo é o foco principal tendo como plano de fundo o uso da informação, as TIC aí passam para o terceiro plano; na Categoria Quatro, o primeiro plano passa a ser o controle da informação, em prol do uso da informação e as TIC permanecem no terceiro plano até a Categoria Sete; na Categoria Cinco, o primeiro plano é o uso da informação, considerando a capacidade de análise crítica, para construir uma base conceitual em segundo plano; na Sexta Categoria, o uso da informação permanece em primeiro plano, considerando a criatividade, a intuição e os insights criativos, também tendo como segundo plano a base de conhecimento; na Sétima e última Categoria, os valores no uso da informação são o foco, tendo como segundo plano a Base de Conhecimento e, em terceiro, as TIC, como mencionado anteriormente.

Figura 3 - Sete faces da competência informacional e seus níveis de concentração
- Elaboração própria a partir das sete competências de Bruce.

	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 6	Categoria 7
Foco Principal	Tecnologia da Informação	Fontes de Informação	Informação como Processo	Controle da Informação	Uso da Informação (análise crítica)	Uso da Informação (intuição)	Uso da Informação (valores)
Segundo Plano	Exploração da Informação	Tecnologia da Informação	Uso da Informação	Uso da Informação	Base de Conhecimento	Base de Conhecimento	Base de Conhecimento
Terceiro Plano	Uso da Informação	Uso da Informação	Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação	Tecnologia Da Informação

Na medida em que o uso das TIC fica mais familiar e o acesso mais constante e familiar, outras habilidades são desenvolvidas e o uso da informação se torna mais eficaz, uma base de conhecimento se faz mais sólida e abre-se lugar para a criatividade e a criação.

Na era digital, saber usar as tecnologias não é suficiente. O necessário é aprender como utilizar as diversas tecnologias com eficiência para pesquisar, recuperar, organizar, analisar, avaliar a informação e usá-la para a tomada de decisões específicas e resolução de problemas. (UNESCO, 2007, p. i).

O processo pelo qual o usuário passa para ampliar esses conhecimentos é um dos pontos primordiais para o Letramento Digital. Ele deve ser orientado em vez de conduzido pela tentativa e erro, pois isso pode implicar caminhos incorretos e resultados inesperados ou indesejáveis, além de ser uma via mais pensada e longa, muitas vezes. O processo vai interferir no controle da informação, na construção de novos conhecimentos por meio de um olhar crítico, intuitivo e seletivo de ler a informação. É introduzido aqui o processo preponderante para o Letramento Digital e não para a simples utilização mecânica de recursos informacionais e fontes de informação.

Quanto maior for a qualidade das demandas dirigidas aos alunos, tanto melhor será a sua aprendizagem. Nota-se, muitas vezes, uma grande quantidade de demandas que não levam a lugar nenhum, que não levam ao questionamento e sim à cópia. Se a cópia pura e simples tem sido aceita, então o desenvolvimento da crítica e da

criatividade não tem sido estimulado. É o mesmo que acontecia na época do “papel almaço” e dos volumes da “enciclopédia britânica”: uma transcrição literal para a folha.

É uma linguagem “nova” a linguagem computacional possibilitada hoje, advinda de novos recursos de comunicação, de registro, de processamento, de disseminação e de construção. Contudo, a incorporação vem acontecendo de forma desordenada e desigual.

Referências Bibliográficas

- AASL (1998). *Information literacy standards for student learning: standards and indicators*. Chicago: American Association of School Librarians / Association for Educational Communications and Technology. Disponível em http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/aasl/guidelinesandstandards/informationpower/Informationliteracystandards_final.pdf. Acesso em agosto de 2009.
- APPLE II (2005). *História do Apple II*. São Paulo: Guia do Hardware. Disponível em <http://www.hardware.com.br/termos/apple-ii>. Acesso em junho de 2009.
- Aun, M. P. (2007). *Observatório da Inclusão Digital: Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão*. Belo Horizonte: Orion.
- Barbosa Filho, A., Castro, C. & Tome, T. (2005). *Mídias Digitais: convergência tecnológica e inclusão social* (1ª Edição). São Paulo: Editora Paulinas.
- Barboza, E. M. F. & Nunes, E. M. A. (2007). *A inteligibilidade dos websites governamentais brasileiros e o acesso para usuários com baixo nível de escolaridade*. *Inclusão Social*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/67/87>. Acesso em outubro de 2008.
- Barreto, A. A. (1994). *A Questão da Informação*. São Paulo em perspectiva. São Paulo: Observatório Nacional de Inclusão Digital. Disponível em <http://referencias.onid.org.br/materiais/5/>. Acesso em novembro de 2008.
- Brabham, D. C. (2008). *Crowdsourcing as a model for problem solving: An introduction and cases*. *Convergence: International Journal of Research into New Media*

- Technologies. London: University of Sunderland, UK and Alexis Weedon, University of Bedfordshire, UK. 1, pp. 75–90.
- Bruce, C. S. (1997). *Seven faces of information literacy in higher education*. Brisbane: Queensland University of Technology. Disponível em <http://sky.fit.qut.edu.au/~bruce/inflit/faces/faces1.htm>. Acesso em junho de 2009.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, v. 1.
- Castells, M. (2008). *A sociedade em rede* (11ª edição). São Paulo: Paz e Terra.
- Cgi.br. (2008). Pesquisa sobre O uso das Tecnologias da Informação e Da Comunicação no Brasil. Disponível em <http://cgi.br/>. Acesso em outubro de 2008 e abril e maio de 2009.
- Choo, W. & Rocha, E. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac. 425 p.
- Codes. A. L. M. (2008). *A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em direção a uma visão complexa*. IPEA texto para discussão 1332. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
- Coscarelli, C. V. & Ribeiro, A. E. (org.) (2005). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Coleção Linguagem e Educação. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica. 244 p.
- Duarte, A. B. S., Azevedo, A. R., Reis, D. B. et al (2008). *Inclusão digital e competência informacional: Proposta de abordagem metodológica para estudos de usuários da informação digital*. Disponível em <http://www.eci.ufmg.br/bogliolo/downloads/>. Acesso em junho de 2008 e maio de 2009.
- Ferreira, A. B. H. (1989). *Mini Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferreira, A. B. H. (2009). *Mini Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (7ª Edição). Curitiba: Editora Positivo.
- Ferreira, S. M. S. P. & Dudziak, E. A. (2004). *La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario de programas*

nacionales de información y / o inclusión digital. World Library and Information Congress: 70 th. IFLA General Conference and Council, 2004, Buenos Aires: International Federation of Library Associations and Institutions. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla70/papers/157s-Pinto.pdf>. Acesso em outubro de 2008 e março de 2009.

Frade, M. A. F. (2002). *Mídia e cidadania*. Revista Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1. Disponível em <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1210201.pdf>. Acesso em fevereiro de 2009.

França, J. L. & Vasconcelos, A. C. (2007). *Manual para normalização de publicações técnico-científicas* (8ª edição) Belo Horizonte: Editora UFMG. 255 p.

Fusco. C. O (2009) boletim eletrônico vem aí. Revista Exame (Edição 945).

Governo Federal do Brasil (2009). *Cultura digital: fórum de cultura digital*. Disponível em <http://culturadigital.br>. Acesso em agosto de 2009 a abril de 2010.

Governo Federal do Brasil (2010). *Projeto Casa Brasil*. Disponível em <http://www.casabrasil.gov.br/>. Acesso em janeiro a março de 2010.

Governo Federal do Brasil (2009). *Site oficial do governo eletrônico*. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/>. Acesso em abril de 2009.

Governo Federal do Brasil (2004). *Oficinas de Planejamento Estratégico - RELATÓRIO CONSOLIDADO - Comitês Técnicos, Comitê Executivo do Governo Eletrônico*. Brasília: Governo Federal da República Federativa do Brasil. pp. 12-14.

Governo Federal do Brasil (2009). *Indicadores de Avaliação de Iniciativas de Governo eletrônico*. Disponível em <http://governoeletronico.gov.br>. Acesso em maio, junho e julho de 2009.

Governo Federal do Brasil (2009). *Observatório de inclusão digital*. Disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/onid>. Acesso de janeiro de 2009 a março de 2010.

Governo Federal do Brasil (2008). *Portal da Inclusão Digital do Governo Federal*. Disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/inclusao->

- digital-discursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer/. Acesso em outubro de 2008 e maio de 2009.
- Governo Federal do Brasil (2009). *Portal da Nota Fiscal Eletrônica*. Disponível em <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/Default.aspx>. Acesso em junho de 2009.
- IFLA (2005). *Versão em português do documento Beacons of the Information Society. FARÓIS da Sociedade de Informação*. Alexandria: International Federation of Library Associations and Institutions. Disponível em <http://www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>. Acesso em: agosto de 2009.
- Jannuzzi, P. (2004). *Indicadores Sociais no Brasil* (3ª edição). Campinas, SP: Editora Alínea, 141 p.
- Kleiman, A. B. (2002). *Alfabetização e letramento: implicações para o ensino*. Revista da FAGED. Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. 6, p. 99-112.
- Kleiman, A. B. (2001). *Programa de educação de jovens e adultos e pesquisa acadêmica: a contribuição dos estudos do letramento*. Educação e pesquisa. São Paulo: Faculdade de Educação da USP. 2. pp. 267-281.
- Lévy, P. (2003). *A revolução contemporânea em matéria de comunicação*. in Martins, F. M. Silva, J.M.(orgs). *Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura* (3ª edição). Porto Alegre: Editora Sulina. EDIPUCRS. pp. 183-204.
- Lévy, P. (2000). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34. 260p.
- Marcuzzo, M. (2008). *A exclusão digital e a Internet*. Disponível em <http://www-usr.inf.ufsm.br/~monica/cs/#Estatísticas%20Brasileiras>. Acesso em setembro de 2008.
- Martini, R. (2005). *Inclusão Digital e a Inclusão social*. Revista Inclusão Social (Vol. 1. Nº1) Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>. Acesso em setembro de 2008.
- Martins, F. M. & Silva, J. M. (orgs) (2003). *Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura* (3ª edição). Porto Alegre: Editora Sulina. EDIPUCRS. 280 p.

- MICROSOFT (2009). *Site oficial da Microsoft Brasil*. Disponível em <http://www.microsoft.com/brasil/corpinfo/info_corpbr.aspx> . Acesso em junho de 2009.
- Morin, E. (2003). *Da necessidade de um pensamento complexo*. In Martins, F. M. Silva, J.M.(orgs). Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura (3ª edição). Porto Alegre: Editora Sulina. EDIPUCRS. pp. 13 ate 36.
- Neto, O. C., Moreira, M. R. & Sucena. L. F. M. (2009). *Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/>. Acesso em Junho de 2009.
- PBH (2007/2008). *Plano Regional de Empreendimentos – Orçamento Participativo Digital*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/4895338/orcamento-participativo-bh>. Acesso em junho de 2009.
- PBH (2009). *Orçamento Participativo Digital*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em <http://www.opdigital.pbh.gov.br/>. Acesso em junho de 2009.
- PBH (2009). *Orçamento Participativo Digital*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em <http://www.opdigital.pbh.gov.br/>>. Acesso em junho de 2009.
- PCMUSEUM (2009). *Personal Computer Museum*. Disponível em <http://members.fortunecity.com/pcmuseum/alto.html>. Acesso em junho de 2009.
- Rocha, M. P. C (2000). *A questão cidadania na sociedade da informação In Ciência da Informação*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. v. 29, n. 1, p. 40-45
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?.* Rio de Janeiro: FGV EDITORA . 240 p.

- Santos, D. B. (2009). *Avaliação de Habilidades de Inclusão Digital: uma Proposta de Instrumento de Medida*. Disponível em <<http://monografias.cic.unb.br>> Acesso em março a junho de 2009.
- Sardenberg, Emb. R. M. (2000). Apresentação In Takahashi, Tadao (org). *Sociedade da informação no Brasil : Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 195p.
- Sawaia, B. (org) (2006). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (6ª edição). Petrópolis: ed. Vozes.
- Silva Filho, A. M. (2004). *Inclusão Digital: Em busca do tempo perdido*. Revista Espaço Acadêmico (n º 40). Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/040/40amsf.htm>. Acesso em março de 2009.
- Silva Filho, A. M. (2003). *Os três pilares da inclusão digital*. Revista Espaço Acadêmico (nº24). Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>>. Acesso em fevereiro de 2009.
- Silva, H., Jambeiro, O., Lima, J. & Brandão, M. A. (2005). *Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania*. Ciência da Informação. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. vol.34 no.1. Disponível em www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf. Acesso em outubro de 2008.
- Soares, M. (2006). *Letramento: um tema em três gêneros* (2ª edição). Belo Horizonte: Autêntica.
- Soares, M. (2002). *Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura*. Educação e Sociedade. Campinas: Centro de Estudos em Educação e Sociedade da UNICAMP. vol. 23, n. 81, pp. 143-160.
- Souza, R. R. (2005). *Contribuições das teorias pedagógicas de aprendizagem na transição do presencial para o virtual*. In COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas* Coleção Linguagem e Educação. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica. 244 p.
- Takahashi, T. (org) (2000). *Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 195p.

UNESCO (2007). *“Understanding Information Literacy: A Primer”*. Information for All Programme. Paris: Information Society Division, Communication and Information - UNESCO, 94p.

UNESCO (2006). *HIGH-LEVEL Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report*. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA. Disponível em <http://www.ifla.org/III/wsis/High-Level-Colloquium.pdf>. Acesso em agosto de 2009.

Valente, José Armando. (2007). *As Tecnologias Digitais e os Diferentes Letramentos*. Revista Pátio. Ano XI. Nº 44. . Disponível em http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=597. Acesso em maio de 2009.